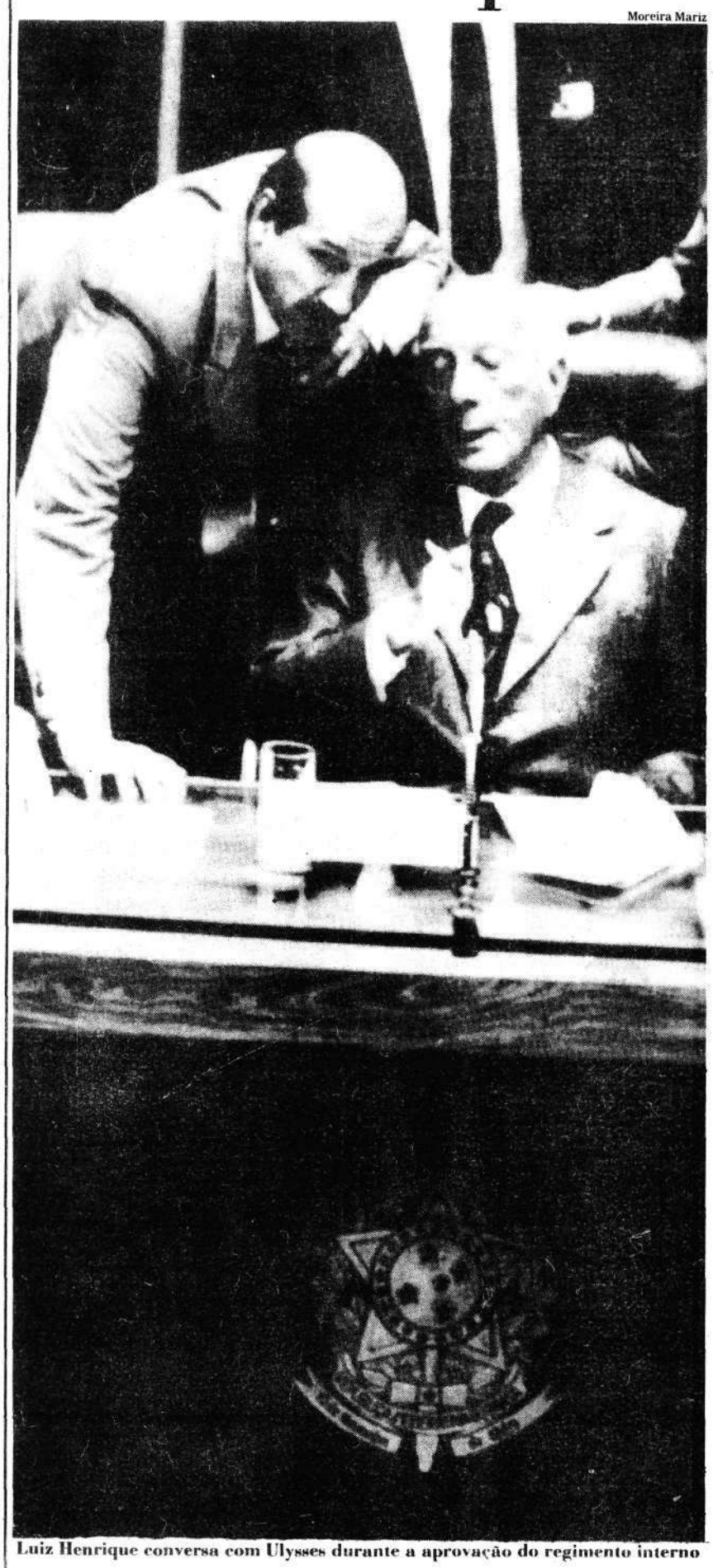
ANC 88
Pasta 06 a 11
março/87
083

11 MAR 1987

FINALMENTE

Regimento interno aprovado prevê soberania apenas contra "ameaças"

Moreira Mariz



Luiz Henrique conversa com Ulysses durante a aprovação do regimento interno

Da Sucursal de Brasília

CONSTITUINTE 87

O regimento interno do Congresso constituinte foi aprovado ontem nos termos do acordo firmado na segunda-feira pelo PMDB, PFL, PDS e PTB. Estes partidos, que, somados, têm mais de 90% dos constituintes, derrotaram todas as tentativas feitas pelo PT, PDT e PC do B para impedir a aprovação do regimento. A emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que dá ao Congresso constituinte poderes para reagir diante de alguma "ameaça" aos seus trabalhos —apresentada em substituição ao parágrafo 7º do artigo 57 do projeto original, que garantia ao Congresso constituinte soberania para alterar a atual Constituição—, foi aprovada por 394 votos contra 68.

O projeto principal foi aprovado às 16h45, mas, até as 21h30, a sessão não havia terminado. O PT, o PDT e o PC do B ainda pretendiam apresentar 26 destaques ao projeto. Segundo o vice-líder do PT na Câmara, José Genoino (SP), seria pedida votação nominal para todos estes destaques.

Os líderes do PMDB e do PFL na Câmara, Luiz Henrique (SC) e José Lourenço (BA), convocaram a Brasília todos os membros de suas bancadas e conseguiram atrasar a votação, prevista para ter início às 14h, para as 16h30, a fim de garantirem o quórum necessário. O deputado João Herrmann (PMDB-SP) chegou a telefonar para Luiz Henrique sugerindo o adiamento da votação, pois estava negociando a formação do secretariado do governador eleito Orestes Quércia. Foi chamado, tomou o avião às 12h30 e às 16h apresentava-se à liderança de seu partido. A essa altura, Luiz Henrique contabilizava a presença de 266 peemedebistas e cem pefelistas, o que garantiria a aprovação do regimento. Avisou Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, que se encaminhou para o plenário e abriu a sessão.

Primeiro foi colocado em votação o projeto do senador Fernando Henrique Cardoso, aprovado por todos os presentes, na sua forma original, apresentada há duas semanas. A partir daí, Ulysses disse que faria a votação dos destaques (itens cuja mudança tinha sido requerida por algum constituinte). Luiz Henrique, pediu preferência de votação para a emenda nº 535, de Maurílio Ferreira Lima. A preferência para votação dessa emenda foi garantida por 413 votos contra 52 dados pelo PT, PC do B, PDT, PSB e parte do PDS. José Genoino ainda tentou um último recurso. Esperava que parte do PMDB votasse contra a emenda de Maurílio Ferreira Lima e pediu votação nominal. Seu apelo obteve 68 votos, contra 394 favoráveis à emenda.

Um grupo de parlamentares do PMDB que votou favoravelmente à emenda, entretanto, não concordou com o encaminhamento da votação —principalmente com os termos do discurso de José Lourenço e de Gastone Righi, líder do PTB—, e dirigiu à Mesa do Congresso constituinte uma declaração de voto afirmando que a luta pela soberania não terminava ali. O grupo, liderado pelo senador José Paulo Bisol (RS) e pelos deputados Nelton Friedrich (PR), Cristina Tavares (PE), Hermes Zanetti (RS), Ana Maria Rattes (RJ), Fábio Feldman (SP), Octávio Elísio (MG), Cássio Cunha (PB) e Rose de Freitas (ES), condenou os discursos de Lourenço e Righi, que, segundo a declaração, "foram uma repetição dos discursos da ditadura".

Para PFL, uma vitória do bom senso

Para a esquerda, segundo representantes do PC do B e do PT, foi uma vitória dos conservadores. Para o PFL e o PTB, os partidos que mais combateram a tese da soberania irrestrita do Congresso constituinte, foi a vitória do "bom senso". E com PFL e PTB concordavam até os representantes do grupo "pró-soberania" do PMDB.

Essas foram as reações ouvidas ontem à tarde, no plenário do Congresso constituinte, à aprovação do substitutivo de regimento interno do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). A aprovação do substitutivo foi obtida através de um acordo entre o PMDB e o PFL que restringiu a soberania do Congresso constituinte —que não poderá propor alterações na atual Constituição, mas apenas suspender a vigência de medidas que ameacem seu funcionamento ou suas decisões.

O senador Fernando Henrique Cardoso considerou um detalhe a restrição da soberania. Segundo ele, o regimento é bem mais liberal do que se esperava, pois mantém o direito de trinta mil cidadãos apresentarem projetos e a possibilidade de a Constituição ser submetida a um referendo popular. Para Cardoso, outra vitória foi a possibilidade de os cidadãos falarem e discutirem nas comissões.

Para o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), um dos líderes do "pró-soberania", o substitutivo garante o direito de todos os constituintes participarem da redação da nova Constituição. Já o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, disse que a limitação da soberania "evitou turbulências de minorias ruidosas".

Sarney afirma que não engajará governo

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, 56, disse no programa Brasil Constituinte, da TV Manchete, que foi ao ar ontem à noite, que não irá "engajar o governo, os instrumentos do governo para fazer prevalecer qualquer ponto-de-vista dentro da Constituinte".

Sarney afirmou porém que pessoalmente — como cidadão e presidente — considera sua obrigação interferir nos debates da Constituinte. "Eu não posso cometer o crime, que seria o crime da omissão, de me escusar. E acrescentou: "Erro seria se eu me omitisse, não participasse".

Fora das câmaras, o presidente disse ao jornalista Alexandre Garcia, da TV Manchete, que não está "preocupado com o tamanho" do seu mandato, "mas com a criação do projeto de decisão, que daria à Constituinte superpoderes acima do Legislativo regular, do Executivo, do Judiciário e da Constituição".

A entrevista, da qual participou também a jornalista Marilena Chiarelli, foi feita na sexta-feira passada, no gabinete de Sarney, no Planalto.

"Não posso cometer o crime da omissão"

A seguir a íntegra da entrevista concedida pelo presidente Sarney à TV Manchete:

"A Constituinte é um fato político dos mais importantes da História brasileira contemporânea, uma vez que ela se destina a restaurar o Estado de Direito dentro dos compromissos da Aliança Democrática. Por outro lado, é uma oportunidade que o Brasil tem de se modernizar. O seu pacto social, o seu grande pacto social, que é feito através da Lei Magna, que é a própria Constituição, é justamente, neste instante de modernização, avançar no terreno dos direitos sociais e ao mesmo tempo consolidar os direitos individuais da liberdade econômica, da liberdade política e também ampliar as faixas de participação do povo brasileiro dentro da construção dessa nossa própria sociedade. É um momento, portanto, de grande importância para todo brasileiro, que deve não só acompanhar os trabalhos da Constituinte como também participar. Eu devo dizer que o governo federal, através do poder Executivo, convocou a Constituinte, e dentro desta convocação havia um compromisso eminentemente meu de jamais me omitir nas discussões dos problemas maiores do país. Eu desejo que este programa que a televisão Manchete está fazendo sirva para não só abrir e aprofundar o debate sobre a Constituinte, como também possa servir para que o povo brasileiro compreenda mais ainda a extensão deste grande gesto político em que todos nós estamos vivendo.

Pergunta -"Presidente, quer dizer que esta espécie de acusação de que o Executivo foi vítima, digamos, na última tentativa de votação do regimento, de que havia uma intromissão do poder Executivo no Legislativo, como o sr. considera isso? O sr. como cidadão, como presidente, como o sr. considera?

Sarney -"Eu acho, como cidadão, que não posso ficar alheio à Constituinte. Até mesmo porque eu participei da convocação da Constituinte. Como presidente da República, eu fiz o ato formal da convocação, da proposta ao Congresso Nacional de convocação da Assembléia Constituinte. E como chefe da nação, eu não posso cometer o crime, que seria o crime da omissão, de me escusar de opinar sobre os assuntos que eu acho que são de grande interesse nacional. Erro seria se eu me omitisse, não participasse. Se eu não procurasse opinar e como chefe da nação evidentemente fazer aquilo que a minha consciência acha que deva ser feito, que é melhor para o país. O que eu não posso fazer, não farei, é realmente engajar o governo, os instrumentos do governo para fazer prevalecer qualquer ponto de vista dentro da Constituinte. Respeito a soberania da Constituinte. Acho que a Constituinte só é Constituinte porque ela é soberana. Agora, o presidente da República, o chefe da nação, não pode jamais se omitir ao que se passa dentro da Assembléia Nacional Constituinte. Portanto, eu vou acompanhar este trabalho e como cidadão e como presidente da República, no momento em que achar que devo opinar, vou opinar. Acho isso uma prática democrática normal. Errado seria se o presidente da República não pudesse opinar sobre a Constituição.

Pergunta -"Como o sr. espera que a Constituinte se comporte quanto aos temas conjunturais, a disputa pelo poder e a questão da crise econômica, dentro da elaboração da nova carta?

Sarney -"Eu acho que seria um angelismo de nossa parte achar que a Constituinte, ela só se processa num mundo fora de nossa realidade. Ela se processa justamente dentro do tempo em que nós vivemos. Os próprios deputados e senadores constituintes foram eleitos dentro deste corte atual da sociedade e eles são representativos desta sociedade, que está vivendo seus problemas e fazendo as suas reflexões sobre o passado, sobre o presente e sobre o futuro do país.

Não é o que parece

Tudo de importante que se tem decidido até agora no Congresso constituinte tem contado com amplo engajamento do governo. O presidente Sarney usa seus ministros e até governadores para influir sobre os parlamentares, como ocorreu há duas semanas, quando ao Palácio do Planalto interessava o esvaziamento do plenário para impedir a aprovação do regimento interno.